

## A língua radiofônica: ideias linguísticas na Era Vargas

### The radio language: linguistic ideas in Vargas Era

Andréa Franciéle Weber<sup>1</sup>

Universidade Federal de Santa Maria

[andrea.weber@ufsm.br](mailto:andrea.weber@ufsm.br)

<https://orcid.org/0000-0001-5948-6293>

**Resumo:** Na década de 1940, o rádio explodia no Brasil e, com ele, a controvérsia sobre a língua falada em seus microfones. Este artigo analisa o debate sobre a língua do rádio presente na revista *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros (1941-1945)*. O *corpus* foi constituído de 21 artigos e interpretado à luz da História das Ideias Linguísticas no Brasil e da Análise do Discurso. O estudo busca entender os significados projetados para as línguas (nacional e estrangeiras) e a tentativa estatal de organizar uma política linguística para o rádio. O discurso de *Cultura Política* contrapõe um Brasil real – multilíngue e variado – a um Brasil ideal – monolíngue e uniforme. O rádio difundia as línguas e a fala popular e precisava ser regulado pelo Estado em direção à língua nacional e culta.

**Palavras-chave:** Discurso; Língua; Rádio.

**Abstract:** In the 1940s, the radio exploded in Brazil and, with it, the controversy over the language spoken in its microphones. This article analyses the debate on the radio language in the journal *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros (1941-1945)*. The *corpus* was composed of 21 articles and interpreted in the light of Discourse Analysis and History of Linguistic Ideas in Brazil. The study aims understand the meanings projected for the languages (foreign and national) and the state attempt to organize a language policy to the radio. The *Cultura Política* discourse opposes a real Brazil – multilingual and diversified – to an ideal Brazil – monolingual and uniform. The radio spread the languages and popular speech and needed to be regulated by the State toward a national and standard language.

**Keywords:** Discourse; Language; Radio.

<sup>1</sup> Doutora em Letras. Professora adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria.

## Introdução

A questão da língua falada no rádio foi tema de controvérsia quando da expansão desse novo meio de comunicação pelo Brasil, nas décadas de 1930 e 1940. Enquanto radialistas e cantores se apresentavam frente ao microfone na língua, no sotaque e no jargão que lhes eram conhecidos ou que lhes pareciam convenientes para a emissão, importantes intelectuais brasileiros refletiam sobre esses usos linguísticos em seus artigos na imprensa escrita. Um dos textos sobre o assunto mais lembrados na atualidade foi escrito por Mário de Andrade para sua coluna no jornal carioca *Diário de Notícias*, em 1940, intitulado “Língua radiofônica”. A controvérsia sobre a língua do rádio é um episódio interessante da história brasileira e pouco explorado nos estudos sobre as ideias linguísticas no Brasil.

Ideias linguísticas são entendidas aqui como os saberes que se articulam sobre a(s) língua(s). Neste caso específico que envolve as ideias acerca da língua falada no rádio, se inscreve uma articulação e uma tensão históricas entre oralidade e escrita, que emergiu com o processo de gramatização das línguas, isto é, sua instrumentalização em gramáticas e dicionários a fim de fixá-las e difundi-las (Auroux, 1992). Se, inicialmente, esses instrumentos tentam adaptar à escrita o som pronunciado pelo falante, posteriormente eles passam a levar ao falante regras e formas que não faziam parte de sua competência oral, como explica o autor. Além disso, assim como a imprensa escrita teve importante papel na fixação e difusão das línguas no momento de sua gramatização, respondendo a uma certa política de línguas, o debate sobre o rádio envolve essa perspectiva em relação à linguagem oral, no século XX.

Nessa produção de saberes sobre as línguas, pode-se observar o funcionamento político do simbólico nos conflitos sobre a língua falada no rádio, assim como podem ser apreendidas formas de inscrição político-linguísticas nas práticas discursivas dos articulistas que se pronunciavam sobre o assunto. O político, na perspectiva discursiva, é compreendido como uma disputa pela estabilização ou pela desestabilização languageira (Mariani e Medeiros, 2007). E as línguas naturais são capazes de política porque suas marcas, seus traços significantes, são capazes de deslocamentos, transgressões, reorganizações, como nas denegações e ambiguidades que carregam (Gadet e Pêcheux, 2004). Sendo assim, nos questionamos acerca de que sentidos o discurso sobre a linguagem radiofônica dos anos de surgimento do rádio produzia para a(s) língua(s) faladas no Brasil, para o rádio e para a linguagem radiofônica.

Um dos lugares em que o debate sobre a língua radiofônica se materializou foi na revista *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros (1941-1945)*, uma publicação do governo federal destinada a discutir as principais questões sociais, culturais, políticas e econômicas pelas quais passava o país, sempre do ponto de vista do regime político no poder. Seleccionamos, então, essa revista como arquivo para pesquisa e, dela, extraímos nosso *corpus* para a análise discursiva: 21 artigos discutindo a problemática da radiodifusão no país. A partir dessa análise, que se apoia nos estudos sobre a História das Ideias Linguísticas no Brasil e a Análise do Discurso de linha francesa, pretendemos apresentar as propostas e justificativas relacionadas à organização de uma política linguística para o rádio, bem como os sentidos que elas projetam para a língua nacional e para as línguas estrangeiras, no Brasil.

Com relação ao recorte temporal da pesquisa, sua referência histórica é o Estado Novo (1937-1945), período político brasileiro liderado por Getúlio Vargas e historicamente reconhecido por suas

características nacionalistas, autoritárias, modernistas e populistas. As medidas nacionalizantes levadas a cabo nesse período tiveram forte impacto sobre a política de línguas do país, isto é, tanto sobre as ações estatais direcionadas a regular a presença das línguas em território nacional quanto sobre os usos diferenciados que se fazem das línguas e sobre os saberes que se tem sobre elas (Orlandi, 2002). Dessas medidas nacionalizantes relativas às línguas, podemos destacar a proibição do uso de línguas estrangeiras no ensino, na imprensa escrita e nas prédicas religiosas, instituída pelos decretos-lei 406/1938 e 1545/1939 e especialmente direcionada aos grupos imigrantes instalados no país. Outra medida político-linguística da época foi a inclusão de questões a respeito das línguas faladas pelos brasileiros dentro de suas residências nos censos de 1940 e 1950, os quais, segundo Oliveira (2014), estavam interessados, sobretudo, na mensuração da presença das línguas de imigração nos estados do Sul.

Esse período histórico também foi marcado por debates em torno do nome da língua nacional. Mariani e Souza (1994) mostram que, desde o século XIX, se desenvolviam, no Brasil, três correntes de opinião sobre o assunto: escritores e estudiosos românticos favoráveis à adoção do nome “língua brasileira” por sua relação com a terra e por sua dinamicidade; gramáticos defendendo a “língua portuguesa” por seu caráter de herança cultural; e políticos mantendo-se omissos ao assunto e adotando expressões como “língua nacional” ou “idioma pátrio” na legislação que produziam. A questão do nome da língua chegou à esfera política, porém, nas décadas de 1930 e 1940, tendo sido levada à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal para definir-se qual o nome da língua do Brasil a ser apresentada nos livros didáticos brasileiros (Dias, 1995). Por fim, em 1946, determinou-se, nas Disposições Gerais e Transitórias do texto constitucional, que uma comissão de intelectuais deveria opinar sobre o nome da língua falada no Brasil. Em seu relatório, a comissão entende que a língua nacional deveria se chamar “língua portuguesa”, atribuindo a essa nomenclatura sentidos de civilização (Guimarães, 2000).

Outra ideia linguística em voga durante o Estado Novo era a adoção da pronúncia carioca como padrão normalizador para o canto, conforme definido no *Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada*, realizado em São Paulo, em 1937 (Mariani e Medeiros, 2007). Esse congresso objetivava estabelecer normas para cantar na língua do país, uma vez que, desde 1931, a educação do povo pelo canto havia se tornado preocupação do Estado, quando este instituiu o canto orfeônico como matéria obrigatória do currículo do ensino secundário (Serpa, 2001). Assim, conforme o autor (p. 72-73), desenvolveu-se uma “guerra de línguas em prol da constituição da nacionalidade, propondo uma maneira unificada de falar e, por conseguinte, trabalhando também, no sentido da criação da distinção social através da língua”.

Nesse contexto de políticas e ideias relacionadas às línguas do Brasil, foi, portanto, formulado e posto em circulação o discurso sobre a língua no rádio na revista *Cultura Política*. Para aprofundarmos nosso olhar sobre ele, organizamos nosso *corpus* a partir da construção de um dispositivo teórico de análise que considerou, no material textual acima listado (os 21 artigos sobre rádio publicados na revista), o levantamento de sequências discursivas relativas ao rádio, assim como à(s) língua(s). Essas sequências foram analisadas a partir da Análise de Discurso de linha francesa, que considera que a materialidade do texto do arquivo não deve ser tomada como linguisticamente transparente, mas sim em sua discursividade, como inscrição de efeitos materiais na história (Pêcheux, 1997). Buscamos, nelas,

regularidades em meio à dispersão discursiva, a fim de entender os sentidos produzidos no debate sobre a língua radiofônica nos chamados “anos de ouro” do rádio, a década de 1940.

Essa proposta está aqui organizada em dois tópicos. No primeiro, “O rádio na revista *Cultura política: moderno, nacional, educativo*”, analisamos o discurso da revista sobre o rádio, quem eram os sujeitos enunciadore e enunciatários que ele projetava, como o discurso circulava, quais os sentidos que o rádio adquiria nesse percurso. Em seguida, em um tópico intitulado “A(s) língua(s) no rádio brasileiro”, lançamos o olhar para o discurso sobre a língua radiofônica, discutindo temas como as línguas estrangeiras, as variedades regionais e a língua nacional padrão nas emissões radiofônicas. Ao final, realizamos breves considerações finais, refletindo mais aprofundadamente sobre os resultados desta pesquisa.

### **O rádio na revista *Cultura Política: moderno, nacional, educativo***

Neste tópico, trataremos das condições de produção do discurso sobre a língua radiofônica, analisando, no funcionamento discursivo da revista *Cultura Política*, a inscrição do rádio. Em relação à revista, cabe lembrar que ela circulou de março de 1941 até outubro de 1945. Era editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de censura e publicidade vinculado diretamente à Presidência da República. A revista contava com a colaboração de intelectuais brasileiros renomados da época e estampava artigos que discutiam as principais questões sociais, culturais, políticas e econômicas pelas quais passava o país. Era uma publicação com alto grau de organização e eficiência na disposição das informações e de significativa qualidade gráfica e editorial.

Entendemos, em consonância com Orlandi (2008), que os meios pelos quais os discursos circulam não são nunca veículos neutros, indiferentes aos sentidos, como se fossem meros receptáculos de textos. Assim, a revista, como meio de comunicação, não é apenas uma propagadora de ideias, mas uma técnica específica de escrita e de difusão de saberes. *Cultura Política*, na condição de periódico do governo, trazia discursos formulados por intelectuais simpatizantes ao Estado Novo e os fazia circular entre os demais intelectuais do país, que eram o público-alvo da publicação. Por isso, os artigos da revista são, em geral, longos, densos, argumentativos, permeados de referências científicas e literárias, assim como de reverências ao Estado Novo, a Getúlio Vargas e, até mesmo, ao próprio DIP.

A presença de numerosos artigos sobre o rádio na revista *Cultura Política* indica a curiosidade e a preocupação que esse veículo de comunicação despertava nos anos 1940: são 21 artigos, concentrados especialmente nos dois primeiros anos da revista, 1941 e 1942. Desse total, 17 artigos são intitulados, simplesmente, “Rádio” e discorrem sobre aspectos variados da radiodifusão. Os demais desenvolvem temáticas mais específicas, como podemos depreender da leitura de seus títulos: “Radiodifusão, fator social”; “Rádio: o samba e o conceito de trabalho”; “O rádio e a produção intelectual” e “O serviço de radiodifusão rural”.

O rádio foi introduzido no Brasil em 1922, mas teve seu desenvolvimento e expansão acentuados a partir de 1930. A transmissão da voz por ondas eletromagnéticas era uma grande novidade tecnológica, frequentemente comparada com outras avançadas tecnologias da época, tais como o avião e

o cinema, como podemos ver nesses fragmentos extraídos de *Cultura Política*. Neles, esses elementos aparecem ligados por adição (“e”), produzindo sentidos de soma e paralelismo, para juntos, lado a lado, compor a modernidade.

**SD 1** Hoje, porém, o avião reduziu os dias a horas, e o rádio, as horas a minutos. Para o progresso do Brasil, tenhamos, pois, **aviões e rádios**. (CP, nº 6, 1941).

**SD 2** Dos inventos modernos, - que mais sucesso tem alcançado,- **o avião, o cinema e o rádio**, este último parece oferecer mais vantagens em prol da humanidade. (CP, nº 6, 1941).

A modernidade do rádio em termos de tecnologia se coadunava à sua modernidade sociocultural: ele representava a civilização. Segundo Calabre (2004), o rádio foi ícone de modernidade até a década de 1950, criando modas, inventando estilos, inventando práticas cotidianas, estimulando novos tipos de sociabilidade e cumprindo um destacado papel social tanto na vida privada como na vida pública ao suplantando as distâncias nacionais e os altos índices de analfabetismo. Em *Cultura Política*, o evolucionismo social marca o discurso relacionado à modernidade do rádio, uma vez que a modernidade vinha em prol do progresso do país, do desenvolvimento da humanidade, da difusão da urbanidade pelo interior. Nas SDs seguintes, vemos redes de sentidos antagônicas, que constroem e opõem conceitos de modernidade (evolução, metrópoles, civilização, crescer, subir, evoluir) e atraso (sertões, analfabetos, broncos rudes).

**SD 3** Para bem compreendermos o auxílio decisivo que o Rádio presta à **evolução** social, cumpre frisar, primeiramente, o fenômeno estupendo da irradiação da palavra falada, que não conhece fronteiras nem distâncias. Atingindo pontos dificilmente acessíveis aos meios ordinários de comunicação, possibilita um intercâmbio e uma aproximação constantes entre todos os brasileiros, permite que a energia estuante das **metrópoles** invada os **sertões**, fazendo nascer dentro dessas remotas regiões o louvável desejo de **crescer, de subir, de evoluir** e ocupar postos destacados no seio da comunhão nacional (CP, nº 1, 1941).

**SD 4** A nosso turno, adiantamos que, outrossim, todos os indivíduos **analfabetos, broncos, rudes**, de nossas cidades são, muitas vezes, pela música, atraídos à **civilização**. A Rádio encontra nessa arte o meio mais simples de educação (CP, nº 6, 1941).

Que a radiodifusão respondesse a uma finalidade educativa e aos interesses nacionais era um anseio dos grupos nacionalistas no poder desde 1930, expresso já no primeiro regulamento do setor no país, o Decreto 21111, de 1932. No entanto, esse ideal entrava frequentemente em conflito com as concessões à exploração comercial do rádio, que desvirtuava as finalidades educativas do veículo em prol da satisfação dos desejos dos ouvintes e dos anunciantes, como é recorrentemente denunciado pelos articulistas de *Cultura Política*. Afinal, isso significava rebaixar-se ao gosto popular a fim de obter audiência e contrariava o ideal erudito e moralista de educação em voga entre as elites da época. Na SD5, elementos associados ao rádio comercial (o privado, o capital, a economia, a remuneração) estão frequentemente antecidos por expressões que remetem a um certo perigo interesseiro, como “entregue à”, “à mercê de”, “em benefício de”, “fins de”, “objetivo de”. Tal ameaça, no discurso de

*Cultura Política*, poderia ter seus efeitos limitados pela intervenção do Estado, como descreve a SD6 (“a fiscalização obstar-lhes os excessos”).

**SD 5** Sendo em nosso país uma organização **entregue à atividade privada**, não seria possível ficasse o exercício desse poder quase incontrastável, à mercê de **interesses particulares**, quer de empresas ou indivíduos, sem que as suas finalidades morais não fossem desvirtuadas, **em benefício do capital** empregado nessas realizações, sempre orientado para **fins econômicos**, com o **objetivo de rendimentos remunerados** (CP, nº 1, 1941).

**SD 6** Justamente por esse motivo devemos deixar às emissoras comerciais uma relativa liberdade, afim de que satisfaçam, na medida do razoável, os variados gostos do povo. A obrigação em que estão essas emissoras de, para viverem economicamente, atenderem às exigências dos ouvintes, dá-lhes uma orientação natural, capaz de perfeição se a **Fiscalização obstar-lhes os excessos** (CP, nº 6, 1941).

Em relação aos interesses nacionais aos quais o rádio deveria responder, as sequências discursivas que seguem, nos mostram que se tratava de promover a unidade nacional (SDs 7 e 8), o nacionalismo (SD 10), elementos da cultura brasileira (SD 9), assim como o próprio Estado Novo e seu governante (SDs 8 e 10). É preciso lembrar que a popularidade de Getúlio Vargas muito se alicerçou no rádio, que fazia chegar às zonas rurais não incorporadas pela política populista o projeto nacionalizador do Estado Novo, além de contribuir para integrar as diversas regiões do país e para minimizar suas diferenças (Goulart, 1990).

**SD 7** O rádio é, antes de tudo, um órgão de **unidade nacional** (CP, nº 4, 1941)

**SD 8** Os discursos do Presidente Vargas, alvos de tantas preocupações entusiásticas, não são ouvidos em **todos os recantos do Brasil**, afim de que, a uma só voz, se elevem, de **todos os Estados**, aplausos, elogios, havendo, assim, maior respeito e fidelidade ao **Chefe do Estado Novo** (CP, nº 6, 1941).

**SD 9** Porque, propugnando pelos interesses primordiais da nacionalidade, propaga e incentiva o culto da **nossa música**, divulga realizações da **nossa arte**, reverencia as **nossas mais sagradas tradições** e enaltece a vida e a obra dos **nossos grandes homens**, mostrando, enfim, “**o Brasil aos brasileiros**” [...]. (CP, nº 1, 1941).

**SD 10** Em “broadcasting”, como em tudo, sob a égide do **Presidente Vargas**, seguiremos uma **orientação nacionalista** (CP, nº 6, 1941).

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1937 (Instituto Nacional de Estatística, 1937), nesse ano, havia 43 estações de rádio no país. Em 1944, esse número quase triplicara: eram 106 emissoras, sendo que o Distrito Federal (Rio de Janeiro) se destacava por possuir 13 delas e as mais importantes do Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946). A década de 1940 se caracterizou pela expansão do veículo e pelo seu auge de prosperidade, uma época que ficou conhecida como a “Era de Ouro do Rádio”: grandiosos estúdios, contratação de orquestras, interesse dos anunciantes, famosas radionovelas e programas de auditório, o nascimento do jornalismo radiofônico, o lançamento de



cantores, concursos de rainhas do rádio (Calabre, 2004). Conforme a autora, apesar de o rádio ter se desenvolvido em diversas regiões do Brasil ao mesmo tempo, as emissoras cariocas e paulistas tiveram uma posição de destaque no cenário radiofônico do país, especialmente a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que, além do grande alcance de suas ondas, criou uma espécie de modelo de programação seguido pelas demais emissoras.

Tamanho sucesso era atribuído ao caráter massivo do rádio e à sua capacidade de persuasão baseada na oralidade. Em *Cultura Política*, os articulistas reiteradamente evidenciam essa ideia: “a radio possui um notável poder de persuasão” (CP, nº 6, 1941), constitui “o fenômeno estupendo da irradiação da palavra falada” e “seu poder é incomparavelmente superior ao de qualquer outro meio de publicidade” (CP, nº 1, 1941). Diante disso, a radiodifusão causava grande interesse e apreensão por parte de governantes, políticos, empresários, anunciantes, intelectuais e educadores. Era especialmente para esses dois últimos grupos (intelectuais e educadores) que a questão da língua radiofônica se colocava como uma preocupação latente, ao considerarem que o Brasil falaria do modo que se falava no rádio. Foi, portanto, a crença de que o veículo possuía um poder persuasivo acentuado e de que esse poder incidiria sobre a(s) língua(s) falada(s) no Brasil, que estimularam o debate sobre a língua do rádio, na década de 1940.

No próximo tópico, nos acercaremos a esse debate.

## **A(s) língua(s) no rádio brasileiro**

Em relação à construção dos saberes sobre a língua radiofônica presente em *Cultura Política*, é preciso lembrar que os sujeitos que os produzem não são especialistas da língua, mas, sim, intelectuais ligados ao rádio, à educação, à agricultura e, frequentemente, ao Estado Novo. Como explica Velloso (1987), na condição de agentes da consciência e do discurso, os intelectuais estadonovistas apresentavam-se como o grupo mais esclarecido da sociedade brasileira e, participando de um projeto político-pedagógico, buscavam educar a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime.

Trata-se, assim, de um discurso erudito, intelectualizado e, até, cientificizado sobre a língua, mas não produzido desde as esferas da Linguística, da Gramática, da Filologia ou da Dialetologia, e nem para elas direcionado. Tanto que a(s) língua(s) não aparece(m) como tema central dos artigos, mas como subtemas ou, somente, como um ponto em abordagens eventuais. Mesmo assim, há uma produção de saberes sobre a língua que está organizada em um discurso-sobre ela.

A respeito desse aspecto, compreendemos com Mariani (1996) que os discursos-sobre são discursos intermediários, que representam lugares de autoridade, em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento e, com Orlandi (2007a), que, em se tratando de discurso sobre a língua, o dizer-sobre e o dizer-na costumam estar interrelacionados, pois o que se diz sobre a língua, a partir de um imaginário construído em torno dela, afeta os usos sociais que dela serão feitos.

Em síntese, na revista *Cultura Política*, os intelectuais do Estado Novo organizam um discurso-sobre a língua radiofônica com finalidades político-pedagógicas: buscam produzir conhecimento sobre ela, a partir de um imaginário afim à ideologia do regime, e afetar os usos que dela serão feitos. Afinal, o

rádio, na década de 1940, era um veículo ainda em formação, carente tanto de regras quanto de tradições relacionadas à língua. Sendo assim, nos artigos sobre rádio da revista, os articulistas descrevem como se dão os usos linguísticos no rádio brasileiro naquele momento e qual seria sua situação ideal: como deveria exprimir-se um locutor, em que línguas o rádio brasileiro deveria fazer suas emissões, qual o papel do rádio na educação linguística do povo, como o rádio pode trabalhar na unidade da língua nacional.

A partir da análise desse discurso, identificamos três preocupações centrais relacionadas à língua radiofônica: a diversidade linguística; as variedades regionais e sociais e a língua padrão. Esmiuçaremos, na sequência, essas divisões temáticas.

## A diversidade de línguas no rádio

Nessa primeira divisão, reunimos as sequências discursivas que se organizam em torno da diversidade de línguas no rádio, envolvendo questões como a aceitação de línguas estrangeiras nas emissões e a conveniência de uma língua única para a radiodifusão nacional. Essa temática, vale lembrar, se ancora na situação político-linguística do Brasil da década de 1940: um Estado especialmente preocupado com a situação linguística do Sul do país (Oliveira, 2014) e que vinha instituindo medidas de nacionalização a imigrantes estrangeiros e seus descendentes, na educação, nas prédicas religiosas, na imprensa e na vida comunitária (como através dos decretos-lei 406/1938 e 1549/1939). Nesse sentido, o discurso de *Cultura Política* aproximava o rádio da problemática da diversidade de línguas, a qual já havia motivado ações governamentais nessas outras esferas.

Na SD 11, a língua estrangeira no rádio é significada como um ato violento (“fere”) e depressor (“deprimindo”) contra valores e sentimentos brasileiros. Esses valores e sentimentos são os patrióticos e os nacionalistas, que seriam impossíveis à língua estrangeira; somente a língua nacional seria capaz de veiculá-los. A língua nacional é, em *Cultura Política*, um sentido que está materializado no discurso na sua presença-ausência: ela não é citada textualmente, nem como língua nacional, nem como língua portuguesa ou brasileira, mas existe discursivamente em oposição às línguas estrangeiras.

**SD 11** Basta citar, como exemplo, **os programas em língua estrangeira, ferindo o nosso patriotismo e deprimindo sentimentos nacionalistas da mocidade brasileira**, admitidos ao microfone pelo critério da produção financeira das estações, que os mantiveram até o dia em que foram **proibidos pelo Govêrno** (CP, nº 1, 1941).

As línguas estrangeiras, por sua vez, estão inscritas no universo da interdição, já que “os programas em língua estrangeira [...] foram proibidos pelo governo”. Assim, as línguas estrangeiras no rádio passam a ser ilegais, ao passo que a língua nacional é, por exclusão das demais, a única que fica do lado lei. Sobre o discurso da ilegalidade das línguas estrangeiras, cabe lembrar que ele está disperso por várias textualidades produzidas durante o Estado Novo, como nos próprios decretos-leis 406/1938 e 1545/1939, recém-mencionados. A legislação do Estado Novo legitimou a língua nacional por meio do combate às línguas estrangeiras, inscrevendo-as no universo da proibição.



Na SD 12, contudo, para além da proibição das línguas estrangeiras, o discurso da revista projeta a promoção da língua nacional junto aos imigrantes. Esta aparece inscrita em expressões como “records nacionais” (discos), cuja distribuição poria fim ao predomínio das línguas estrangeiras no rádio (“canções estrangeiras”):

**SD 12** As nossas orquestras dão lugar, nos seu repertórios, somente a um por cento de composições nacionais, preteridas por melodias de outros países. Mas já não terá chegado, como todos desejam, o instante de reação? A metade da resposta encontramos, com satisfação, no apoio que o coronel Pio Borges acaba de dar ao projeto de “Vamos ler!”, afim de ser organizada uma grande discoteca brasileira. E as palavras restantes, indicando o bom caminho, veem do Rio Grande do Sul, onde o titular da Secretaria de Educação, Coelho de Souza, cuida da **divulgação de “records” nacionais nas zonas de colonização, colocando um ponto final no predomínio das canções estrangeiras**. Muito bem. (CP Radio, 7, 1941).

No discurso presente nas SD 11 e 12, vislumbra-se uma audiência desejosa de programas em língua estrangeira; um rádio que fazia emissões em língua estrangeira, sobretudo nas canções que veiculava, e a existência de um Brasil multilíngue, interessado e/ou capaz de entender músicas e informações em outras línguas além da nacional. Há, em contrapartida, um Estado engajado em preservar a língua nacional, com proibições às línguas estrangeiras e promoções à língua portuguesa, lutando contra a iniciativa privada que, em busca do lucro, desdenha línguas, sentimentos nacionalistas e patriotismo. Que Brasil multilíngue era esse? Ferrareto (2002) nos conta que programas em língua alemã eram veiculados desde 1934 pela Rádio Difusora Porto-alegrense, já que as prósperas colônias imigrantes do Rio Grande do Sul constituíam um público anunciante e consumidor lucrativo.

Contudo, o discurso de *Cultura Política* nos mostra que não só a audiência imigrante estimulava a presença das línguas estrangeiras no rádio, como podemos ver na SD 13. Também as elites eram propensas às “novidades alienígenas” e às “línguas estrangeiras”, buscando-as não por necessidades comunicativas, mas por motivos mais vis: distinção, “requinte, acesso aos salões aristocráticos”.

### SD 13

#### Nossa língua e os locutores do Rio

[...]

A idade do internacionalismo, advindo das facilidades cada vez mais intensas das comunicações, trouxe a tendência a admirar as novidades alienígenas e, mais do que nunca, a necessidade de se **falar as línguas estrangeiras**, o que é uma **distinção, um requinte, o cartão aristocrático** que dá acesso aos salões.

O comércio impulsionou as **línguas estranhas**, fez o intercambio de objetos manufaturados e importou com rapidez **livros, revistas e jornais**. A **Radio** facilitou as comunicações diretas e imediatas com os palpitantes acontecimentos propalados em **várias línguas**. O **cinema** impoz o idioma da sua procedência: **inglês, francês, alemão, italiano** (CP, nº 6, 1941).

A modernidade vinha ao encontro dos interesses da elite por línguas estrangeiras, pois o internacionalismo, a rapidez, o imediatismo, as comunicações diretas, os palpitantes acontecimentos daquela época e os lugares estrangeiros onde nasciam as tecnologias faziam com que “línguas estranhas”, “várias línguas”, o “inglês, francês, alemão, italiano” estivessem cada vez mais presentes nos livros, revistas, jornais, rádios e cinemas. Na SD 13, portanto, as elites e as tecnologias de comunicação são significadas como inimigas da língua nacional.

Podemos depreender do subtítulo “Nossa língua e os locutores do Rio” que é em relação aos locutores do Rio de Janeiro (Distrito Federal), que são desenvolvidas essas linhas, pensando na relação deles com a “nossa” língua. Aqui, o nós inclui o sujeito produtor do discurso e o leitor, falantes da língua portuguesa. A “nossa língua” é a “língua nacional”. São os locutores do Rio, portanto, acusados de imprimir estrangeirismos ao rádio, a fim de agradar as elites e adaptar-se à modernidade comunicativa. Justamente aqueles locutores com a maior audiência do país e cujos modelos são copiados pelas emissoras do interior do Brasil (Calabre, 2004).

Na SD 14, a seguir, inscrevem-se outras duas redes de significação ao multilinguismo de uma nação: a ineficiência e a humilhação à soberania nacional. Rússia e Luxemburgo são os exemplos arrolados para essa composição. A Rússia é marcada, no discurso, pelos seus excessos (de extensão, de línguas e dialetos), cujos números estão especificados na textualidade a fim de dar essa dimensão. Por meio do uso da palavra “obrigada”, essas línguas e dialetos são significados como uma carga ao Estado russo no momento de levar aos habitantes “a palavra dos postos oficiais”.

**SD 14 A questão linguística representa o maior obstáculo do intercâmbio radiofônico.**

Esta dificuldade faz-se sentir, às vezes, dentro de um país devido à diversidade de idiomas. Aí está o caso da Rússia, que, para levar a palavra dos postos oficiais aos habitantes espalhados pelos seus vinte e um milhões de quilômetros quadrados, é obrigada a realizar emissões em sessenta e cinco línguas e dialetos.[...] É necessário, porém, termos em vista sempre o “idioma pátrio” afim de não se incorrer no erro **e na humilhação da “tutela linguística”**. O Luxemburgo, querendo ser o “bom europeu”, acabou não sabendo em que vocabulário dirigir a sua mensagem de simpatia ao Velho Mundo. Mas, bem feitas as contas, **o desenvolvimento desta questão já pertence ao plano internacional**, que é onde se colocam os problemas de caráter técnico, assunto a ser examinado na nossa próxima crônica. (CP, nº 4, 1941).

A ausência de um idioma pátrio, o qual “é necessário termos sempre em vista”, produz, além dessa carga ao Estado, um “erro” e uma “humilhação”: a “tutela linguística”. Esta remete à ideia de ter a sua língua cuidada por outro, gerenciada por outro, situação que acometeu Luxemburgo, país multilíngue que, na ausência de um único idioma pátrio que o identificasse, não soube escolher uma língua para dirigir uma mensagem à Europa. Erro e humilhação são, portanto, os resultados de um Estado multilíngue. A tutela linguística, porém, não é um problema brasileiro, pois, segundo o discurso da SD 14, “o desenvolvimento desta questão já pertence ao plano internacional”.

Por fim, cabe observar que, tanto no caso da Rússia quanto no de Luxemburgo, a mensagem que os Estados queriam transmitir ao povo russo e ao europeu, respectivamente, era uma mensagem via rádio. As dificuldades que esses países enfrentaram são os argumentos para a asserção inicial da SD 13:

“A questão linguística representa o maior obstáculo do intercâmbio radiofônico”. O advérbio “maior” coloca a língua à frente de todos os outros problemas que acometiam o rádio da época, como o valor alto dos aparelhos, a má qualidade do sinal, o pequeno número de emissoras, entre outros fatores que dificultavam sua popularização.

Em suma, a trama de significados presente nessa configuração temática produz um imaginário de Brasil multilíngue, com imigrantes, elites e veículos de comunicação que usam línguas estrangeiras, mas que tem como pano de fundo uma língua nacional maior, representativa da pátria, que é a língua oficial do Estado e que o identifica frente a outras nações. Usando uma metáfora, o Brasil dessa época teria pequenas ilhas multilíngues no mar da língua nacional. Com relação à língua radiofônica, as línguas estrangeiras e o multilinguismo no rádio são significados como erro, humilhação, ineficiência, encargo, futilidade, antipatriotismo e falta de soberania. Logo, está inscrito nesse discurso, a defesa do uso exclusivo da língua nacional pelo rádio brasileiro.

### As variedades regionais e sociais da língua nacional no rádio

Nas sequências discursivas anteriores, predominava a ideia de extinção do multilinguismo no rádio em favor de uma única língua nacional. Mas que língua nacional seria essa? Qual o imaginário de língua nacional radiofônica que os articulistas ensaiavam em *Cultura Política*?

Uma das preocupações presentes na SD 15 diz respeito às variações sociais/grupais da língua, as “gírias”, o “argot”, o “vocabulário”. O rádio da época dava difusão às músicas carnavalescas e, com elas, à linguagem dos sambistas e dos compositores populares, a qual se disseminava também nas peças teatrais radiofônicas e em outros programas. Aqui, a língua participa de um embate maior, entre a cultura erudita e a cultura popular, entre a finalidade educativa do rádio e a busca por audiência e patrocínio. Na trama de significações dadas à gíria carnavalesca, por exemplo, ela é apresentada como um malefício à língua, pois “amputa e deforma palavras”, está no “extremo da degradação”, “um exclusivismo de classes e grupos profissionais”, uma coisa “incompleta”, “confusão na linguagem”, uma linguagem com “erros”, como podemos ver a seguir.

**SD 15** Parece-nos mesmo de bom aviso, neste momento em que as melodias carnavalescas tomam conta de todos os microfones, registrarmos a influência **da gíria dos compositores populares**.

Temos muita coisa a aprender na análise **desse argot [dos sambistas], que amputa e deforma as palavras**, ao mesmo tempo que deprecia os fatos e critica os acontecimentos.

Não somos, em absoluto, adversários da **gíria que foge aos extremos da degradação**. Achamos mesmo, como Ortega y Munilla, que a linguagem pode deformar-se harmoniosamente por duas influências simultâneas, que alteram a sonoridade e o sentido do vocábulo. **As diferenças idiomáticas de região ou de grupo** contam, a seu favor, com fortes e antigas raízes, mantenedoras de um vínculo essencial em todas as latitudes do espírito humano. Mas, no instante atual e utilizando o dinamismo do *broadcasting* como veículo de divulgação, convém encararmos **o argot sob um critério mais realista. O pior sintoma da confusão nas idéias está na confusão na linguagem**. E o rádio, principalmente em face das trans-

missões de ondas curtas, não pode mais permanecer preso aos exclusivismos de classes e grupos profissionais. Os ouvintes têm o direito de exigir alguma coisa menos incompleta do que a apresentação de **programas com termos de gíria**, apontada, maliciosamente, por um cronista norte-americano, como um ersatz idiomático [...]

E a verdade é que, ao lado da **palestra que distrai e educa**, devemos levar em conta o **vocabulário que o público escuta nos sketches e nas composições musicais**. Não compete apenas aos speakers a utilização de uma **linguagem escoimada de erros**. (CP, Radio, 1, 1942).

Os speakers são, no discurso da SD 15, aqueles que proferem a “palestra que distrai e educa”, com uma “linguagem escoimada de erros”. Por meio da expressão “não compete apenas aos speakers”, o sujeito traz à tona a ideia de que já recaía sobre os locutores a cobrança do bom uso da língua, o que não ocorria com as apresentações teatrais e musicais. Nesse sentido, vale lembrar que a lei da época exigia que os locutores das rádios fossem brasileiros natos e que o DIP privilegiava os de origem lusitana e bons falantes de português (Mustafá, 2009). A língua sem erros dos *speakers* servia, portanto, para educar linguisticamente os ouvintes.

Além da variação social da língua, o debate sobre a linguagem radiofônica em *Cultura Política* trata brevemente das variações regionais da língua nacional. Na sequência discursiva anterior (SD 15), as variações regionais são mais bem avaliadas que as gírias populares, pois, contariam (aquelas) “com fortes e antigas raízes”. Já na SD 16, vemos que o sujeito apresenta a pronúncia carioca como padrão da língua nacional, baseando-se na conclusão do 1º Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937.

**SD 16** O Rio de Janeiro, com suas 13 estações tem contribuído, eficientemente, para a propagação da **pronúncia carioca** que o 1º Congresso da língua nacional cantada, promovido pelo Departamento de cultura do Estado de S. Paulo, em 1937, apresentou como **padrão** (CP, Radiodifusão, 6, 1941).

O Congresso traz a voz da autoridade científica ao discurso, a voz do linguista, do gramático, do filólogo, de cuja legitimidade o sujeito enunciator carece. Mostra, por outro lado, que o sujeito enunciator, embora não fosse estudioso da língua, estava a par dos acontecimentos que diziam respeito a ela. Serpa (2001) explica que, entre os argumentos estéticos que justificavam a escolha dessa variedade, no referido Congresso, estava uma de caráter abertamente político: o fato de estar situada na capital do país provava que essa pronúncia era a síntese da colaboração de todos os brasileiros e a mais fácil de ser ouvida e propagada, tendo grandes possibilidades de se generalizar (Serpa, 2001). Nesse sentido, evidencia o enunciator, o rádio já estava atuando “eficientemente” para a propagação da pronúncia carioca pelo país, com suas 13 emissoras, que, como vimos no tópico anterior, consistiam nas mais numerosas, ouvidas e copiadas do país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946; Calabre, 2004). A propagação da pronúncia carioca se daria, no rádio, não somente por meio das músicas cariocas que ele veiculava, mas também da fala dos locutores, dos atores, dos humoristas e de outros profissionais que trabalhavam nas rádios do Distrito Federal.

Existe, assim, nessas sequências discursivas relacionadas à variação regional e social uma trama de sentidos que idealiza uma língua uniforme, sem variedades, sem diferenças lexicais ou fonéticas. No entanto, a língua uniforme idealizada tem um sentido político latente, relacionado à disputa pela (des)estabilização languageira (Mariani e Medeiros, 2007), pois privilegia os lugares de poder da nação: a elite e a capital, ao apresentar a língua erudita e a pronúncia carioca como as mais adequadas ao rádio. Seguindo com a análise, veremos que *Cultura Política* ainda vai mais longe nessa busca pela língua radiofônica ideal, ao tratar da língua portuguesa padrão.

## A língua nacional padrão no rádio

Na SD 17, desenvolvem-se duas redes parafrásticas opostas em relação à língua do rádio: uma constituída em torno da boa palestra e outra da má palestra. Elas produzem uma imagem dividida e hierarquizada da língua. Vejamos a SD:

**SD 17** Ao contrário de Cícero, devemos procurar **conversar no estilo de escrever**. O “broadcasting” controlado deve consagrar **a boa palestra, cultivar a palavra**.

Não são, portanto, admissíveis os **descuidos via oral** levados diariamente aos lares brasileiros. **A gramática, a sintaxe e até a grafia duvidosa acarretam pronúncias errôneas**. Todos nós sofremos, conjuntamente, a boa e a nefasta influencia do radio. O predomínio, porém, do “broadcasting” é sobre o cego mental, o analfabeto, que, por lhe ser dado somente ouvir, piora, através de alguns programas, os seus escasso conhecimentos.

Também a mocidade ainda titubeante dos cursos primario e ginásial recebe as transmissões com entusiasmo. O dinamismo da voz, distraíndo-a, incute-lhe **a dúvida e o erro**.

A memória auditiva capta todas as **dissonancias da gramática** e enquanto oscila entre o consciente e o subconsciente, a força da audição imprime no cérebro **o erro, o descuido, a silabada**.

Passando uma vista dolhos sobre algumas canções encontraremos os maiores **atentados contra a gramática** [...]. Nem sempre os autores dessas **letras detestáveis** podem ser imputáveis ignorantes. Escrevem-nas para seguir o **linguajar do povo**. Esquecem-se, porém, de que além da reputação de ignorantes, incorrem no **rancor dos filólogos e trabalham contra a perfeição e a beleza de nossa língua**.

Os “announcers”, outrossim, são, às vezes, responsáveis por **deslises imperdoáveis**. Alguns deles possuem deficiência absoluta de conhecimentos gerais; outros se permitem **liberdades e exageros ao microfone**, levando aos ouvintes as tolices de espíritos acanhados.

Felizmente, a radiodifusão tende a entrar em nova fase. Em boa hora, sob a direção do DIP, fazem-lhe seleções, censuras e leis. Após a regularização que sofrerá brevemente, **a radio poderá ser a imprensa falada** (CP, Radiodifusão, 6, 1941).

Para melhor visualização dessas redes de significado, elaboramos o Quadro 1, buscando mostrar como opera essa divisão.

**Quadro 1** – Redes parafrásticas opostas na SD 17

<b>Boa palestra</b>	<b>Má palestra</b>
<p>conversar no estilo de escrever cultivar a palavra a imprensa falada seleções, censuras e leis a perfeição e a beleza de nossa língua</p>	<p>Descuidos via oral A gramática, a sintaxe e até a grafia duvidosa pronúncias errôneas a dúvida e o erro atentados contra a gramática dissonâncias da gramática o erro, o descuido, a silabada letras detestáveis linguajar do povo rancor dos filólogos deslises imperdoáveis liberdades e exageros ao microfone</p>

Fonte: o autor.

Ao lançarmos o olhar sobre essa oposição semântica, destacamos a relação com os conceitos de língua imaginária e língua fluida (Orlandi, 2002): por um lado, as práticas linguísticas reais do rádio, a língua da oralidade, a língua sem regras que a aprisionem, a língua na sua relação com o mundo, os sujeitos, os discursos, a língua fluida. De outro, uma prática linguística idealizada, baseada na escrita, normatizada, a língua padrão, a língua imaginária. Com a expressão “a perfeição e a beleza de nossa língua”, o discurso atribui à língua uma perfeição e beleza inatas, as quais são frequentemente corrompidas pelos maus usos. A “nossa língua” (do enunciador e do leitor) é a língua da nação.

Conforme Mariani e Medeiros (2007), os instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) dão base à língua imaginária e, junto com as demais práticas político-linguísticas, como congressos, livros sobre as línguas, livros didáticos, notícias e colunas jornalísticas sobre as línguas, trabalham os efeitos da gramatização no imaginário social. Na SD 17, a língua é a gramática e tudo aquilo que foge às suas regras não é língua, mas deslizes, erros, dúvidas, atentados, descuidos. Essa língua imaginária é amparada, nesse discurso, pelos filólogos, que ditam o certo e o errado e respondem com rancor aos maus usos da língua ideal. Nessa sequência discursiva, o filólogo personaliza a língua imaginária como seu conhecedor e guardião, além de trazer ao discurso a voz da autoridade linguística que o enunciador não possui.

Na SD 17, o “linguajar do povo” é colocado junto à rede parafrástica da má palestra. Assim como as gírias carnavalescas, os demais usos populares da língua ofendem a unidade e o ideal da língua nacional e se inserem na polêmica relacionada ao erudito *versus* popular no rádio.

Outra oposição que se inscreve no interior da SD 17 se dá entre a oralidade e a escrita. A boa palestra é a escrita, e a oralidade deve imitar a escrita: nós devemos “conversar no estilo de escrever”, assim como o rádio deve ser “a imprensa falada”. Ou seja, a língua radiofônica deveria se desfazer das



marcas orais e adotar o perfil da língua da imprensa escrita. A imprensa escrita é, assim, nesse imaginário, uma guardiã da língua ideal, não só pelas colunas e textos sobre as línguas, como dizem Mariani e Medeiros (2007), mas pelo seu próprio uso “correto” da língua. O rádio, por sua vez, atuaria no sentido contrário, no da difusão da língua fluida.

Por fim, outra oposição se forma na SD 17: entre liberdade e controle. A oralidade está associada a “liberdades e exageros” que devem ser controlados com “seleções, censuras e leis”, para que ela se aproxime da língua escrita. Desse modo, o rádio deveria ser controlado pelo Estado não só em seu conteúdo e nas línguas em que enuncia, mas também na qualidade da língua nacional que utiliza. No debate sobre o rádio em *Cultura Política*, a ideia de controle está dispersa por vários enunciados. O controle estatal do discurso radiofônico é recorrentemente mencionado como uma necessidade frente ao desvirtuamento do rádio pela iniciativa privada, que o leva para caminhos não educativos, não nacionalistas e, talvez, não estadonovistas.

## Considerações finais

O discurso sobre a língua do rádio em *Cultura Política* produz uma imagem de Brasil em que há variadas línguas estrangeiras; uma língua nacional forte e única; variedades regionais na pronúncia da língua nacional e uma fala popular que deturpa essa língua. Segundo esse discurso, o rádio é aliado desse Brasil linguístico da década de 1940, dando vazão a essas línguas e variações, em decorrência da falta de controle estatal, bem como de sua busca por audiência e lucro.

Por outro lado, esse discurso também delineia a imagem de um Brasil linguístico ideal: sem a presença de línguas estrangeiras; sem variedades regionais na pronúncia da língua nacional; com a total predominância da língua portuguesa padrão; com uma cultura erudita que preserva a perfeição dessa língua. A imprensa escrita é o lugar onde essa língua ideal se concretiza e o Estado, com o nacionalismo no horizonte e aplicando os devidos controles, é o guardião da sua existência.

Um ponto interessante a se observar nesse discurso sobre a língua radiofônica é que ele não traz a relação da língua nacional com Portugal, mesmo que seja contemporâneo ao debate sobre o nome da língua (brasileira ou portuguesa). Seu interesse se assenta na diversidade linguística interna da nação. Outro ponto, é que o discurso nacionalista acerca da língua do rádio cai em constante contradição com o uso de inúmeros termos estrangeiros (*ersatz*, *broadcasting*, *announcers*, *speakers*, *argot*), muitos dos quais foram posteriormente substituídos, incorporados ou caíram em desuso na língua portuguesa do Brasil. Ou seja, os estrangeirismos não estavam somente no discurso radiofônico que visava agradar elites e descendentes de imigrantes, mas incorporados à própria língua nacional usada por articulistas adeptos ao nacionalismo do Estado Novo.

Nesse discurso sobre a língua radiofônica, a língua nacional é vítima, simultaneamente, da elite (com os estrangeirismos e a busca pelo lucro) e do povo (com as línguas de imigração, com a linguagem popular). É um setor intermediário, composto pelos eruditos e pelo Estado, que preservam a língua, uma concepção que coaduna com a posição do sujeito enunciativo: um intelectual estadonovista.

O discurso de *Cultura Política* é, porém, apenas um lado do debate sobre a língua do rádio na década de 1940. Seu melhor conhecimento carece da análise das vozes dissonantes ao discurso oficial.

Uma delas foi a de Mário de Andrade, cuja referência iniciou este artigo. Haveria, outras, além da dele, explorando a aproximação do rádio com a língua do povo?

## Referências

AUROUX, S. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, Editora da Unicamp. 134 p.

BRASIL. 1932. *Decreto nº 21.111, de 01 de março de 1932*. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>. Acesso em: 18/10/2017.

BRASIL. 1938. *Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18/05/2013.

BRASIL. 1939. *Decreto-lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939*. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18/10/2017.

CALABRE, L. 2004. *A era do rádio*. Jorge Zahar Editor, RJ. 60 p.

DIAS, L. F. 1995. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas, SP. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas, 161 p.

FERRARETO, L. A. 2002. *Rádio no RS (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais*. Editora da Ulbra, Canoas. 258 p.

GADET, F; PECHEUX, M. 2004. *A língua inatingível*. Campinas, Pontes, 223 p.

GOULART, S. 1990. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero, 175 p.

GUIMARÃES, E. 2000. Língua de civilização e língua de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, D.L.P. *Os discursos do descobrimento*. São Paulo, Edusp, p. 169-180.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1946. *Anuário Estatístico do Brasil, ano VI, 1941-1945*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 535 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 06/2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. 1937. *Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1937*. Rio de Janeiro, Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 890 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 06/2017.

MARIANI, B. 1996. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922*

-1989). Tese (Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, 256f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692>. Acesso em: 23/04/2013.

MARIANI, B.; SOUZA, T. 1994. 1822, pátria independente: outras palavras?. *Revista Organon*, 8(21): 43-51. <https://doi.org/10.22456/2238-8915.39215>

MARIANI, B; MEDEIROS, V.G. 2007. Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e governo JK. *Veredas online*, **atemática**: 128-144. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo093.pdf>. Acesso em: 12/05/2012.

MUSTAFÁ, I. 2009. *Alô, alô Joinville! Está no ar a Rádio Difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961)*. Joinville, Casamarca, 196 p.

OLIVEIRA, G. M. de. 2014. Os censos lingüísticos e as políticas para as línguas no Brasil meridional. In: MORELLO, R.; MARTINS, M. F. (Org.). *Observatório da educação na fronteira. Política lingüística em contextos plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola*. Florianópolis, Ipol, Editora Garapuvu, p. 229-241.

ORLANDI, E. 2002. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 360 p.

ORLANDI, E (org). 2007a. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5 ed. Campinas, Pontes, 156 p.

ORLANDI, E. 2007b. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 100 p.

ORLANDI, E. 2008. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3 ed. Campinas, Pontes, 2018 p.

PÊCHEUX, M. 1995. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 288 p.

PÊCHEUX, M. 1997. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, Unicamp, p. 55-64.

SERPA, E. 2001. Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937: “a insensatez maravilhosa da militarização das vogais”. Nacionalismo, raça e língua. *Diálogos latino-americanos*, 3, Ahrus: LACUA. P. 71-86. Disponível em [http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3\\_di\\_logos\\_latinoamericanos/3linguanacional.pdf](http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/3linguanacional.pdf). Acesso em: 10/05/2019.

VELLOSO, M. P. 1987. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV-CP-DOC, 50 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6604/803.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/05/2019.

Submetido: 23/04/2020

Aceito: 15/06/2020